

Dúvidas regimentais ajudam senadores

César Felício
De Brasília

Um amontoado de dúvidas sobre cada passo do processo por falta de decoro contra os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) pode facilitar a defesa dos acusados e dar ao presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), influência decisiva na condução do caso.

Não há consenso sobre o que o relator do processo no Conselho de Ética, Saturnino Braga (PSB-RJ), poderá recomendar como providência, se o parecer pode ou não receber emendas, para onde deve ser encaminhado depois da votação e se deve haver uma peça acusatória única contra os dois parlamentares. A incerteza é tão grande que ACM se antecipou e, mesmo sem estar formalmente acusado, apresentou a Saturnino um memorial de defesa, assinado pelos seus advogados Luís Vicente Cernicchiaro e Márcio Thomaz Bastos.

O memorial procura des caracterizar a atuação de ACM no epi-

sódio da quebra do sigilo de votação secreta como falta de decoro. Ressalta que a única evidência de que assentiu com a violação do painel eletrônico é a palavra de Arruda, sem nenhum outro indício como apoio. Frisa que ACM não divulgou o resultado da votação ao comentar o assunto com procuradores, porque tratava-se de um encontro privado. E indaga como se puniria um senador com uma acusação mais grave, caso se adote a pena máxima para a sua situação.

O cuidado de ACM pode ser desnecessário nesta fase do processo. Nem dentro da oposição há consenso sobre a possibilidade de Saturnino pedir a cassação em seu relatório. Na próxima sessão do Conselho, será apresentada uma questão de ordem do senador Amir Lando (PMDB-RO) alegando que Saturnino, por enquanto, é relator em um processo de investigação, e, portanto, não pode propor punição, porque isto caracterizaria um julgamento.

Embora afirmando que esta questão não é relevante, já que o

processo pode seguir em frente qualquer que seja o parecer, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) lembra que, na representação que a oposição apresentou contra o então senador Luiz Estêvão, cassado no ano passado, pediu-se apenas que houvesse uma "punição cabível". "Foi um cuidado que tomamos para que não fosse alegado pré-julgamento por parte da defesa", afirma. Saturnino afirma que não terá este cuidado. "Não sou jurista, mas estou pensando em indicar uma punição, porque o processo se define de acordo com a pena que eu propuser", disse. Caso haja um impasse, qualquer senador pode recorrer a Jader Barbalho para decidir o caso.

Uma vez apresentado o relatório, há dúvidas se ele poderá ou não ser emendado. Dutra acredita que sim, caso Saturnino proponha punição. Mas esta não deve ser uma linha de defesa dos carlistas, que deverão apresentar um voto em separado de Waldecc Ornelas (PFL-BA). Aprovado o parecer de Saturnino, a oposição deseja que ele seja enviado para a

Comissão de Constituição e Justiça e o processo de cassação seja considerado aberto. Pemedebistas e tucanos, além dos carlistas, acham que o relatório teria que ser encaminhado a Jader Barbalho, que reuniria a Mesa e decidiria apresentar ou não um pedido de cassação.

Apresentado o pedido pela Mesa Diretora, o caso teria que voltar para o Conselho de Ética, que decidiria então se ACM e Arruda podem ser processados com uma única peça acusatória ou não. As posições novamente divergem. Carlistas e Lando consideram que pode haver uma única acusação. Dutra defende a tese de um processo para cada senador. Na nova passagem pelo Conselho de Ética, a defesa poderia arrolar testemunhas e iniciar uma longa fase de averiguação. Neste meio tempo, muda a composição do Conselho: o mandato dos atuais titulares expira em 30 de junho. Se ACM e Arruda não renunciarem antes disto, como a maioria dos senadores acredita, Saturnino prevê: "Este é um assunto para durar o ano inteiro".